



Simulado Final
PGDF

Técnico Jurídico
Apoio Administrativo

Simulado Especial

Simulado PGDF Técnico Jurídico

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PGDF Técnico Jurídico;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PG-DF-Técnico-Jurídico-15-08-21>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo / Luiz Felipe Durval

TEXTO I**A criação e anulação dos estranhos**

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo - num desses mapas, em dois ou em todos três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênuas as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido - então cada sociedade produz esses estranhos. Ao mesmo tempo que traça suas fronteiras e desenha seus mapas cognitivos, estéticos e morais, ela não pode senão gerar pessoas que encobrem limites julgados fundamentais para a sua vida ordeira e significativa, sendo assim acusadas de causar a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável.

O mais opressivo dos pesadelos que assombraram o nosso século, notório por seus horrores e terrores, por seus feitos sangrentos e tristes premonições, foi mais bem captado na memorável imagem de George Orwell da bota de cano alto pisando uma face humana. Nenhuma face estava segura - como cada uma estava sujeita a ser culpada do crime de violar ou transgredir. E, uma vez que a humanidade tolera mal todo tempo de reclusão, os seres humanos que transgridem os limites se convertem em estranhos -, mas prestes a vir a sê-lo, longe do dano ilegal de cruzar fronteiras.

Botas de cano alto fazem parte de uniformes. Elias Canetti escreveu sobre os "uniformes assassinos". Em algum momento do nosso século se tornou comum a compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos. Os uniformes eram o símbolo dos servidores do estado, essa fonte de todo o poder e acima de tudo do poder coercitivo ajudado e favorecido pelo poder que absolve da desumanidade. Envergando uniformes, os homens se tornam esse poder em ação; envergando botas de cano alto, eles pisam, e pisam em ordem, em nome do estado. O estado que vestiu homens de uniforme, de modo que estes pudessem ser reconhecidos e instruídos para pisar, e antecipadamente absolvidos da culpa de pisar, foi o estado que se encarou como a fonte, o defensor e a única garantia da vida ordeira: a ordem que protege o dique do caos. Foi o estado que soube o que a

ordem devia parecer, e que teve força e arrogância bastante não apenas para proclamar que todos os outros estados de coisas são a desordem e o caos, como também para obrigar os a viver sob essa condição. Foi este, em outras palavras, o estado moderno - que legislou a ordem para a existência e definiu a ordem como a clareza de aglutinar divisões, classificações, distribuições e fronteiras.

Na sociedade moderna, e sob a égide do estado moderno, a aniquilação cultural e física dos estranhos e do diferente foi uma destruição criativa, demolindo, mas construindo ao mesmo tempo; mutilando, mas corrigindo ... Foi parte e parcela da constituição da ordem em curso, da constituição da nação, do esforço de constituição do estado, sua condição e acompanhamento necessários. E, inversamente, onde quer que a planejada ordem de constituição esteja em andamento, certos habitantes do território a ser ordeiramente feito de maneira nova convertem-se em estranhos que precisam ser eliminados.

Sob a pressão do anseio da moderna constituição da ordem, os estranhos viveram, por assim dizer, num estado de extinção contida. Eram os estranhos, por definição, uma anomalia a ser retificada. Sua presença era a priori definida como temporária, tanto quanto a etapa, atual e fugaz, na pré-história da ordem ainda por vir. Uma coexistência permanente com o estranho e com o diferente, e a pragmática de viver com estranhos, não precisaram ser enfrentadas à queima-roupa, como uma perspectiva séria. E isso não seria necessário, enquanto a vida moderna continuasse nas mãos de um estado bastante ambicioso e bem-dotado para prosseguir na tarefa. Não é em toda parte, porém, que essas condições parecem, hoje, estar prevalecendo: é numa época que Anthony Giddens chama de "modernidade tardia", Ulrich Beck de "modernidade reflexiva", Georges Balandier de "supermodernidade", e que eu tenho preferido junto com muitos outros) chamar de "pós-moderna": o tempo em que vivemos agora, na nossa parte do mundo (ou, antes, viver nessa época delimita o que vemos como a "nossa parte do mundo" ...).

(Bauman, Zygmunt. *A criação e anulação dos estranhos*. Adaptado)

Com relação ao Texto I, julgue os itens a seguir.

- 01.** No contexto da argumentação desenvolvida no 1º parágrafo, a afirmação "cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos" permite-nos afirmar que cada sociedade estabelece para si seus próprios limites sociocomportamentais do que se entende por normalidade.

02. O texto utiliza a imagem "botas de cano alto" (3º parágrafo) como marca do poder paralelo, uma vez que agentes de força de segurança, no contexto referenciado, atuavam em direção oposta às diretrizes estabelecidas pelo Estado.

03. Infere-se do texto que, historicamente, estruturas de poder que compunham as sociedades se utilizaram da violência como método de repressão das diferenças e como instrumento de controle.

04. De acordo com o 4º parágrafo, a imposição de uma ordem na sociedade moderna, coibindo o diferente, se deu com base em contraposição de ideias.

05. Seria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal "assombraram" (2º parágrafo) fosse substituída por **assombrou**.

06. Os vocábulos "que" destacados em "Foi o estado **que** soube o **que** a ordem devia parecer" (3º parágrafo) pertencem a classes gramaticais distintas.

07. No período "Eram os estranhos, por definição, uma anomalia a ser retificada", o vocábulo "estranhos" ocupa a posição de núcleo do sujeito.

08. No terceiro parágrafo, a forma "los" desempenha a função de complemento indireto da forma verbal "obrigar" em "como também para obrigá-los a viver sob essa condição" e funciona como elemento de coesão.

09. O trecho "Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam..." (2º período do primeiro parágrafo) poderia ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical, da seguinte forma: **se os estranhos são as pessoas que não encaixam-se**.

10. O conectivo destacado em "uma vez que a humanidade tolera mal todo tempo de reclusão, os seres humanos que transgridem os limites se convertem em estranhos (2º parágrafo)" poderia ser substituído por "como" sem alteração do sentido original.

11. Em "sê-lo", "obrigá-los" e "viverem", as formas verbais estão no modo infinitivo.

12. O trecho "de que os homens uniformizados devem ser mais temidos" exerce a função de adjunto adnominal do vocábulo **compreensão**.

13. Sem prejuízo do sentido e da coerência do texto, o trecho "certos habitantes do território a ser ordeiramente feito de maneira nova convertem-se em estranhos que precisam ser eliminados" pode ser rescrito da seguinte forma: **certos habitantes do território a ser ordeiramente feito de maneira nova foram convertidos em estranhos que precisam ser eliminados**.

14. A forma verbal em destaque, em "Sua presença **era** a priori definida como temporária" (último parágrafo), pode ser classificada como verbo de ligação.

TEXTO II

A civilização "pós-moderna" culminou em um progresso inegável, que não foi percebido antecipadamente, em sua intelectualidade. Ao mesmo tempo, sob o "mau uso" da ciência, da tecnologia e da capacidade de invenção nos precipitou na miséria moral inexorável. Os que condenam a ciência, a tecnologia e a invenção criativa por essa miséria ignoram os desafios que explodiram com o capitalismo monopolista de sua terceira fase. Em páginas secas premonitórias, E. Mandel* apontava tais riscos. O "livre jogo do mercado" (que não é e nunca foi livre) rasgou o ventre das vítimas: milhões de seres humanos nos países ricos e uma camada maior de milhões nos países pobres. O centro acabou fabricando a sua periferia intrínseca e apossou-se, como não sucedeu nem sob o regime colonial direto, das outras periferias externas, que abrangem quase todo o "resto do mundo".

(Florestan Fernandes, Folha de S. Paulo, 27/12/1993)

(*) Ernest Ezra Mandel (1923-1995): economista e militante político belga.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do Texto II precedente, julgue os itens a seguir.

15. A palavra "inexorável" poderia ser substituída por **inevitável** sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.

16. Seriam preservados a correção gramatical e os sentidos do texto caso a vírgula empregada imediatamente após o vocábulo "inegável" (primeiro período do texto) fosse suprimida.

17. A partícula "se" em "O centro acabou fabricando a sua periferia intrínseca e apossou-se..." pode ser corretamente classificada como pronome reflexivo.

18. Depreende-se do texto que o "mau uso da ciência, da tecnologia e da capacidade de invenção" não foram a causa da miséria moral.

19. As aspas foram empregadas em "livre jogo do mercado" e "resto do mundo" com a mesma finalidade.

20. O texto 2 pode ser enquadrado no tipo dissertativo-argumentativo.

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

Leandro Signori

O Cerrado é conhecido como “berço das águas do Brasil”, pois, por compreender zonas de planalto, a região possui diversas nascentes e importantes áreas de recarga hídrica que contribuem para grande parte das bacias brasileiras. É reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade, fato que, associado ao alto risco de perda de habitat, fez com que esse bioma fosse considerado um hotspot mundial para conservação da biodiversidade.

Nas últimas décadas, o Cerrado passou por intensas transformações, sendo, depois da Mata Atlântica, o bioma brasileiro que mais sofreu alterações devido à ocupação humana. Estima-se a perda de 40% de sua cobertura vegetal natural. No Distrito Federal, esse número chega a quase 60% de cobertura natural desmatada.

A respeito das características da vegetação do Distrito Federal, julgue os itens seguintes.

21. O Cerrado se apresenta como um mosaico vegetacional composto por fitofisionomias enquadradas em formações florestais, formações savânicas e formações campestres.

22. A mata ciliar e a mata de galeria são formações florestais que ocorrem nos interflúvios, em terrenos bem drenados, não associadas aos cursos d’água.

23. A ocupação urbana intensificada, devido à construção de Brasília, a partir da década de 1960, e o desenvolvimento de técnicas agrícolas que melhoraram o cultivo de grãos, a partir da década de 1970, foram os grandes impulsionadores para a retirada da cobertura vegetal do bioma Cerrado no Distrito Federal.

Considerando aspectos relevantes acerca do Distrito Federal, desde distintos contextos históricos até a realidade atual, julgue os itens seguintes.

24. O movimento em prol da construção de uma nova capital no interior do País remonta à época do Brasil Colônia. Essa possibilidade se enfraqueceu durante o Império, voltando a ganhar força com a primeira Constituição do período republicano, de 1891, que determinou a implantação da capital no Planalto Central.

25. O Distrito Federal é a menor unidade da Federação, criado para abrigar a capital do País, e a única que não tem municípios, sendo caracterizado como um ente especial, que acumula competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios. Brasília integra a estrutura político-administrativa do Brasil, e a sua localização, no centro da Nação, foi um importante fator de integração do território nacional.

26. No período colonial, apontavam-se fundamentalmente questões de segurança para justificar a interiorização da capital. Durante o Império, ainda se argumentava a necessidade de colocar a sede do Governo longe da fragilidade litorânea, mas destacavam-se os argumentos econômicos e de povoamento. Na República, era forte a defesa da integração nacional como base para justificar a localização da capital no centro geográfico do país.

27. Foi somente em 1953 que o Congresso Nacional autorizou o Poder Executivo a realizar os estudos definitivos sobre a localização da nova capital da República. Uma lei aprovada nesse mesmo ano delimitou uma área, posteriormente conhecida como retângulo Belcher. Os estudos deveriam ser feitos com base em uma cidade para 500 mil habitantes. Em torno do sítio escolhido para a construção da nova capital deveria ser demarcada uma área aproximada de cinco mil quilômetros quadrados para a constituição do futuro Distrito Federal.

28. A Constituição Federal de 1988 vedava a divisão do Distrito Federal em municípios. A divisão por regiões administrativas possibilita a gestão territorial dos serviços públicos prestados pelo governo distrital.

No que se refere aos diversos aspectos do Distrito Federal (DF) e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os próximos itens.

29. A RIDE possui característica de área metropolitana, com a metrópole de Brasília se constituindo como a grande cidade central polarizando fortemente a sua zona adjacente de influência.

30. A experiência de planejamento urbano que presidiu a construção de Brasília foi seguida, em larga medida, pelos projetos de ocupação das áreas vizinhas à nova capital, inaugurada em 1960. Isso se refletiu na facilidade de implantação da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), que desenvolve políticas públicas que minimizam ao extremo as pressões por emprego e por serviços essenciais das populações do Entorno sobre o Distrito Federal.

LODF

Rodrigo Francelino

Por disposição da Constituição Federal de 1988, o Distrito Federal rege-se por lei orgânica distrital, votada em dois turnos com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição. A esse efeito necessário denominamos de simetria. No que se refere à Lei Orgânica, em relação à organização do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

31. A Lei Orgânica do Distrito Federal equivale, em força, autoridade e eficácia jurídicas, a um verdadeiro estatuto constitucional, essencialmente equiparável às Constituições promulgadas por Estados-Membros.

32. De acordo com a LODF, um dos objetivos prioritários do DF consiste em preservar o conjunto urbanístico de Brasília, de suas cidades-satélites e do chamado Entorno do DF, de maneira a se preservar sua identidade, adequando-se as exigências do desenvolvimento à defesa de sua memória, de sua tradição e de suas peculiaridades.

33. Promover a inclusão digital, o direito de acesso à Internet, o exercício da cidadania em meios digitais e a prestação de serviços públicos por múltiplos canais de acesso é um dos valores fundamentais do Distrito Federal expressamente descritos, em seu texto.

34. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), é um dos fundamentos do Distrito Federal assegurar o exercício de petição e representação, independente do pagamento de taxa.

35. Assim como a Constituição Federal a Lei Orgânica do DF pode ser emendada por meio de iniciativa popular.

36. Brasília é a Capital da República Federativa do Brasil e por sua vez, sede do governo do Distrito Federal, assim tem como território o espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição.

37. São símbolos do Distrito Federal hino, bandeira e brasão poderão ser criados novos símbolos mediante lei com aprovação maioria absoluta dos Deputados Distritais.

38. Suponha-se que Pedro tenha sido condenado em 2015 a 5 anos de reclusão, por maus tratos nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, assim Pedro ficará impedido de ser indicado para ocupar o cargo de administrador regional em 2023, quando completará 8 anos de impedimento, conforme descreve a Lei Orgânica do DF.

39. As regiões administrativas integram a estrutura administrativa do DF e buscarão integração, com as regiões do entorno para o desenvolvimento de seus programas econômicos e sociais.

40. A criação ou extinção de Região Administrativa do DF é um ato privativo do Governador do Distrito Federal.

REGIMENTO JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL

Herbert Almeida

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do DF, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais — Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações —, julgue os itens a seguir.

41. Os cargos públicos são criados por lei, com denominação própria e investidura sempre através de prévia aprovação em concurso público.

42. Joana foi aprovada em concurso público para cargo administrativo em uma autarquia distrital, dentro do número de vagas. Sua nomeação foi devidamente publicada no diário oficial. Contudo, por motivos pessoais, não pretende assumir o cargo nesse momento. Nesse caso, Joana tem um prazo de cinco dias, contados da publicação do ato de nomeação, para solicitar seu reposicionamento para o final da lista de classificação, caso assim deseje.

43. O candidato aprovado e nomeado em concurso público distrital tem trinta dias para tomar posse, contados da publicação do ato de nomeação, e cinco dias úteis para começar a exercer as funções do cargo, contados do dia em que for empossado.

44. José, servidor distrital, sofreu um acidente, que trouxe como consequência a redução de sua capacidade laboral, o que foi devidamente comprovado por inspeção médica. Nessa situação, faz-se necessária a readaptação do servidor, para que possa exercer funções compatíveis com a sua limitação, respeitando-se a habilitação exigida para o cargo no concurso público.

45. Considere que João e José são servidores distritais ocupantes do mesmo cargo. Nesse caso, o Estatuto dos Servidores do Distrito Federal veda a permuta entre os dois servidores, que somente poderão ser remanejados caso se enquadrem nas condições estabelecidas em concurso interno de remoção.

46. Um servidor distrital cujo cônjuge tenha deficiência poderá exercer suas funções em horário especial, consistente na redução de até cinquenta por cento da jornada normal, sujeita a comprovação por inspeção médica e a compensação de horário.

47. Tanto a servidora efetiva quanto o cônjuge ou companheiro servidor público de parturiente não servidora fazem jus ao auxílio-natalidade, aplicando-se esse entendimento também aos casos de adoção.

48. Considere que um servidor público distrital tenha praticado, na ativa, infração disciplinar no exercício de suas funções, respondendo administrativamente por sua conduta. Nesse caso, a responsabilidade administrativa permanecerá mesmo após sua exoneração ou aposentadoria, respeitados os prazos prescricionais.

49. Nos processos de apuração de infrações disciplinares, é vedado dar início às investigações baseando-se em denúncias anônimas.

50. José está respondendo a processo administrativo disciplinar para apuração de faltas cometidas no exercício de suas funções. A autoridade competente determinou o afastamento de José do exercício do cargo, para que este não venha a influir na apuração das infrações. Nessa situação, José poderá ser afastado pelo prazo de até sessenta dias, prorrogáveis por igual período, sem prejuízo da remuneração.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Stefan Fantini

Determinado ente público distrital, após regular processo licitatório, contratou empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância para suas repartições. Na referida contratação, a Administração exigiu a prestação de garantia de execução contratual, à razão de 5% do valor do contrato, facultando à contratada a opção quanto à modalidade de garantia a ser prestada.

Tomando por base a disciplina da Lei 8.666/1993 atinente aos contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

51. Caso seja prestada garantia na forma de caução em dinheiro, é obrigatória sua atualização monetária.

52. A exigência de garantia é ilegal, na medida em que deveria atender ao limite máximo de 1% do valor contratual.

53. O prazo máximo de duração do referido contrato é de 120 meses.

54. A administração poderia alterar unilateralmente o contrato em epígrafe quando conveniente a substituição da garantia de execução prestada.

55. Tomando por base as regras pertinentes à organização administrativa e às licitações da Lei 8.666/1993, julgue os itens a seguir.

Considerando a acepção ampla do princípio da legalidade, pode-se afirmar que órgãos públicos representam estruturas jurídicas criadas mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

56. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório gera efeitos tanto para a Administração, assegurando que esta seguirá fielmente as regras convocatórias, como para os licitantes, que não poderão descumprir as condições fixadas no edital ou no carta-convite.

57. Fundações públicas poderão se qualificar como agências executivas, situação na qual estarão autorizadas a contratar diretamente a execução de obras de até 20% do valor limite da modalidade convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou ainda a obras da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

58. É inexigível a licitação para contratação de serviços de restauração de bens de valor histórico, de natureza singular, com profissionais de notória especialização.

59. Não é dispensável a licitação para a contratação de instituição brasileira dedicada à recuperação social do preso que possua finalidade lucrativa.

60. Inobstante seja vedada a criação de novas modalidades de licitação, a legislação implicitamente admite a combinação de modalidades previstas na Lei 8.666/1993.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

Com relação às características básicas das organizações formais modernas, tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização, julgue os itens a seguir.

61. Segundo Weber, as características de uma burocracia ideal incluem a divisão do trabalho, a categorização como base do processo decisório e a previsibilidade de funcionamento.

62. A estrutura funcional é baseada na especialização do trabalho, supervisão direta e na autoridade funcional. A estrutura matricial, por sua vez, combina a competência técnica da estrutura funcional com a ação orientada para o resultado da organização de projeto; trata-se de uma estrutura que possui órgãos permanentes, voltados a atividades de suporte e órgãos com duração limitada, vinculados a projetos. Dentre as vantagens da estrutura matricial podem-se citar a maior flexibilidade e adaptabilidade a ambientes dinâmicos.

63. Os elementos básicos que devem ser observados no projeto de definição da estrutura organizacional são: especialização do trabalho; departamentalização; cadeia de comando; amplitude de controle; centralização e descentralização; e formalização.

64. A departamentalização funcional consiste em agrupar as atividades semelhantes em áreas especializadas. Uma das grandes vantagens desse tipo de departamentalização é a facilidade de coordenação e interdepartamental.

Com relação à Gestão de Processos, julgue os itens a seguir.

65. Em determinada organização, o gerenciamento de processos e a medição de desempenho estão fundidos em um único elemento, sendo que a medição direciona o gerenciamento e as estratégias organizacionais. Além disso, os objetivos organizacionais estão conectados ao foco no cliente. De acordo com o Guia BPM CBOK, a mencionada organização encontra-se no nível 4 de maturidade – Gerenciado Quantitativamente.

66. O fluxograma consiste em uma representação gráfica que descreve o passo a passo e as etapas sequenciais de determinado processo.

67. O Diagrama de Pareto é uma ferramenta que pode ser utilizada para priorizar a importância que os problemas têm para uma organização. Essa ferramenta parte do princípio de que 80% dos problemas decorrem de 20% das causas.

68. Os processos podem ser gerenciais, de suporte ou finalísticos. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecidos como processos de suporte.

69. O gestor deve levar em consideração as características típicas dos processos, tais como a unicidade e a temporariedade.

70. O ciclo de vida de processos é formado pelas seguintes etapas: planejamento, análise; desenho e modelagem; implementação; gerenciamento de desempenho; e refinamento ou transformação.

AFO**Vinicius Nascimento**

71. No Brasil, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser respeitado em dois aspectos: formal e material. A inobservância desses aspectos pode gerar responsabilidade do gestor, inclusive crime de responsabilidade.

72. A alteração de atributos de créditos orçamentários somente é possível mediante autorização na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais.

73. É possível afirmar que, apesar de um ingresso não ser efetivo, ele é considerado receita pública.

74. Receita Pública decorrente de Imposto de Renda, imposto de competência da União, incidente em remunerações de servidores estaduais deve ser classificada como transferência correntes pelos respectivos Estados.

75. Situação hipotética: Determinado Governador pretende conceder isenção tributária de caráter não geral por meio de projeto de lei. A proposta de legislação contém a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária do respectivo estado, na forma da lei de diretrizes orçamentárias e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

Assertiva: Nesse caso, o referido projeto necessita de medida de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição para que a referida isenção possa ser implementada.

76. Caso a União deseje fazer a transferência de recursos para um Município, com o objetivo de custear a construção de posto de saúde, não haverá necessidade de se comprovar que o Município está em dia com a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos e se houver previsão de contrapartida.

77. A realização de operações de crédito de um Estado com o banco estatal para construção de um hospital de campanha é possível, desde que o ente federativo não seja controlar do referido banco, mas pode ser acionista.

78. A provisão consiste em instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática

79. Quando uma determinada ação orçamentária tiver que ser executada por mais de um órgão ou unidade orçamentária, ela será classificada como ação padronizada. Nesse sentido, uma ação multissetorial é aquela que, em virtude da organização do Ministério, para facilitar sua execução, é implementada por mais de uma UO do mesmo órgão.

80. Ao longo dos anos, o processo orçamentário passou por diversas modificações e aperfeiçoamento no seu processo de planejamento. Dentre os diversos tipos, temos o orçamento Executivo, Legislativo, que nunca foi adotado no país e, atualmente, vigora o orçamento misto no Brasil, sendo a elaboração e execução a cargo do Poder Executivo e a aprovação e fiscalização a cargo do Legislativo.

81. O orçamento Federal está organizado em programas, a partir dos quais são relacionadas às ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação. A cada projeto ou atividade só poderá estar associado um produto, que, quantificado por sua unidade de medida, dará origem à meta.

82. Atualmente, a União não está impedida de receber transferências voluntárias, ressalvadas aquelas destinadas a ações de educação, saúde e assistência social, apesar de não ter instituído o Imposto sobre Grandes Fortunas.

83. Caso seja constatado que um ente chegou a 96% do limite total de gasto com pessoal por ocasião da publicação do seu RGF, o respectivo Tribunal de Contas deverá emitir alerta ao ente, bem como estará impedido de tomar diversas medidas de aumento de gasto de pessoal previstas na LRF.

84. A lei orçamentária anual não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, em razão do princípio da anualidade orçamentária.

85. Segundo o princípio da descentralização orçamentária, é preferível que a execução das ações ocorra no nível mais próximo de seus beneficiários. Com essa prática, a cobrança dos resultados tende a ser favorecida, dada a proximidade entre o cidadão, beneficiário da ação, e a unidade administrativa que a executa.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

86. Com relação a técnicas e princípios orçamentários, julgue o item seguinte.

O princípio da exclusividade veda expressamente que a lei orçamentária contenha autorização para a contratação de operações de crédito.

87. Acerca dos mecanismos técnicos utilizados na administração do orçamento público, julgue o item a seguir.

É possível remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito de uma atividade de tecnologia, mediante ato do Poder Executivo, **sem necessidade da prévia autorização legislativa**.

88. Ao elaborar a sua proposta de lei orçamentária anual para o exercício de 2021, o Estado do Piauí, com vistas a obter maior flexibilidade na alocação de recursos durante a execução orçamentária, subestimou a previsão de receitas e, por isso, não incluiu na proposta receitas que espera arrecadar.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O procedimento adotado contraria o princípio do orçamento bruto.

89. Em atendimento ao princípio da unidade orçamentária, deve ser adotada uma forma específica quando da elaboração do orçamento: todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA).

90. Acerca do ciclo orçamentário, julgue o item a seguir, considerando que as siglas PPA, LDO e LOA, sempre que usadas, correspondem, respectivamente, ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual.

O Plano Plurianual (PPA) tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente e será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

91. O PPA (Plano Plurianual) é o instrumento de planejamento utilizado no setor público. Nele compreenderá metas e prioridades da administração pública federal, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

92. São reservadas à lei de diretrizes orçamentárias disposições sobre exercício financeiro, vigência e prazos, além de **metas e prioridades da administração pública federal**.

93. No referente ao orçamento público, julgue o item seguinte.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, devendo ser aprovada pelo Congresso Nacional e enviada à sanção presidencial até o dia 17 de Julho do ano anterior à sua vigência, que é data de encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

94. *Os projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias, da mesma forma que acontece com o orçamento anual, serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, podendo receber emendas, que serão apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para que seja emitido o devido parecer.*

95. A função de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, atribuída aos orçamentos, orienta a elaboração do orçamento da segurança social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

96. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, a exemplo as que incidam sobre transferências tributárias constitucionais para Estados.

97. Quanto ao sistema e ao processo de orçamentação, à estrutura programática e a créditos ordinários e adicionais, julgue o item subsecutivo.

Os créditos adicionais extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. Além disso, conservam sua especificidade, demonstrando-se as despesas realizadas à conta dos mesmos, separadamente.

98. Julgue o item que se segue, relativo às classificações orçamentárias e aos créditos ordinários e adicionais. É condição necessária e suficiente para a abertura de créditos especiais a existência de recursos disponíveis e ser precedida de *exposição justificativa*.

99. Com relação à execução orçamentária e financeira do orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte. É possível a realocação, mediante créditos suplementares, de recursos que ficarem sem despesas correspondentes decorrente de rejeição do projeto de lei orçamentária anual, desde que com prévia e específica autorização legislativa.

100. Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computados ou insuficientemente dotados ou programados na LOA. Acerca de créditos adicionais, julgue o item que se segue.

Os créditos adicionais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

101. O princípio arquivístico básico que fundamenta as principais funções arquivísticas é o princípio da Pertinência.

102. O arquivamento pode ser considerado a ação pela qual uma autoridade determina a guarda de um documento, cessada a sua tramitação.

103. Tradicionalmente a forma mais usada e recomendada para a classificação dos documentos é a classificação por assuntos.

104. De acordo com a legislação arquivística em vigor, os documentos públicos podem ser identificados como correntes, intermediários e permanentes.

105. As principais informações trazidas por uma tabela de temporalidade em relação a uma série documental são os seus prazos de guarda, a sua destinação e as formas mais importantes de conservação e preservação do documento.

106. A respeito dos processos de acondicionamento, armazenamento e manutenção de documentos de arquivos, julgue o item subsequente. O processo de embalar documentos em pastas ou caixas é denominado armazenamento; a colocação dessas pastas ou caixas em um mobiliário é denominada acondicionamento.

107. A desinfecção é um processo de destruição ou inibição da atividade de insetos.

108. A tramitação é o curso do documento desde a sua produção ou recepção até o cumprimento de sua função administrativa.

109. A gestão de documentos é entendida como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente, intermediária e permanente, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

110. Os documentos de arquivo recebidos pela instituição devem ser entregues ao setor de protocolo, onde é efetuada a separação entre a correspondência particular e a oficial. Em seguida, são identificadas e separadas as correspondências públicas das privadas.

NOÇÕES DE RECURSOS MATERIAIS

Heron Lemos

111. A respeito da classificação e codificação de recursos materiais, julgue o item a seguir.

Na classificação XYZ de materiais, os itens da classe X são considerados de baixa criticidade para as atividades a eles relacionadas, enquanto os itens da classe Y são considerados de média criticidade e os Z, de alta criticidade.

112. No que diz respeito à gestão de estoque, julgue o item a seguir.

Ponto de ressuprimento caracteriza a quantidade de cada item que deve ser mantida como reserva para garantir a continuidade do atendimento, mesmo em casos de ocorrências inesperadas.

113. Acerca da função da administração financeira hospitalar, julgue o próximo item.

Giro de estoque ou rotatividade é um indicador que reflete o número de vezes que o estoque roda em determinado período. Esse indicador é calculado pela razão entre os valores, em unidades, do estoque médio no período e do consumo do período.

114. A respeito da conceituação e dos tipos de classificação de materiais, julgue o seguinte item.

A classificação de materiais mais comum inclui as matérias-primas, os materiais em processamento e os semiacabados, além dos produtos acabados da empresa.

115. A respeito dos procedimentos de compras e aquisições nas organizações, julgue o item que se segue.

Uma das vantagens do processo descentralizado de compras é a economia de escala, em função das negociações distintas para a contratação de fornecimento.

116. A respeito dos procedimentos de compras e aquisições nas organizações, julgue o item que se segue.

A análise de fornecedores executada pelo setor de compras de uma organização deve incluir os fornecedores ativos e os potenciais.

117. A respeito dos procedimentos de compras e aquisições nas organizações, julgue o item que se segue.

O processo de compras encerra-se na emissão da ordem de compra, uma vez que o acompanhamento do prazo da entrega, a recepção e aceitação das mercadorias são realizados pela equipe responsável pela guarda dos insumos.

118. A respeito dos procedimentos de compras e aquisições nas organizações, julgue o item que se segue.

Cabe ao comprador, além de especificar a qualidade, providenciar os meios apropriados de inspeção e testes de verificação que comprovem a qualidade por ele desejada.

119. Julgue o item a seguir, relativos a controle de estoques.

Os inventários têm o objetivo de certificar se, em determinado instante, os documentos contábeis e fiscais do estoque estão de acordo com os relatórios do sistema informatizado de controle de estoque.

120. Julgue o item a seguir, relativos a controle de estoques.

Após a devida análise, poderão ser alienados, e dadas as respectivas baixas no controle de estoque, os bens classificados como excedentes, obsoletos e inservíveis.

Estratégia
Concursos

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-PG-DF-Técnico-Jurídico-15-08-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!



Estratégia
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>